

STF vira última esperança de Vorcaro após derrota na PF

Troca de advogado e nova ofensiva por CPMI ampliam tensão no caso Master

Por Beatriz Matos

A troca de advogado do banqueiro Daniel Vorcaro, decidida após o fracasso das tratativas com a Polícia Federal (PF), foi interpretada por investigadores e integrantes do meio jurídico como mais um sinal de desgaste nas tentativas de reduzir os danos do escândalo.

Na sexta-feira (22), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça autorizou que Vorcaro retornasse à ala especial da Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal. A decisão ocorreu após a defesa alegar que a cela comum utilizada temporariamente não possuía ventilação adequada, chuveiro, circulação de ar e estrutura mínima para permanência prolongada.

O despacho também levou em consideração manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR), que reconheceu riscos relacionados à exposição pública do banqueiro e considerou adequada a recondução ao antigo alojamento.

Pressão

Interlocutores de Vorcaro afirmam que o banqueiro entrou em “pânico” diante da possibilidade de voltar ao sistema pe-



Ex-banqueiro poupou ministros do STF

nitenciário comum. Ele já havia passado pela Papuda e, segundo relatos de agentes penitenciários, enfrentou episódios de ansiedade extrema. O clima de desgaste culminou na saída do advogado José Luís Oliveira Lima, o Juca, que deixou oficialmente a defesa “em comum acordo”.

A defesa agora ficará sob responsabilidade do advogado Sérgio Leonardo, amigo pessoal de Vorcaro. Nos bastidores, a mudança foi interpretada como uma tentativa de reconstruir a estraté-

gia jurídica depois que a proposta inicial de colaboração premiada foi rejeitada pela Polícia Federal.

Investigadores avaliaram que Vorcaro não entregou elementos considerados centrais para o avanço das apurações, especialmente detalhes sobre relações com autoridades dos Três Poderes e mecanismos financeiros do suposto esquema. A proposta anterior previa ressarcimento de R\$ 40 bilhões em dez anos, mas foi considerada insuficiente.

Agora, segundo fontes ligadas

às negociações, Vorcaro sinalizou à PGR a possibilidade de devolver R\$ 60 bilhões aos cofres públicos numa tentativa de manter viva a negociação do acordo. Ainda assim, integrantes da investigação avaliam que a situação ficou mais difícil após o desgaste com a Polícia Federal.

BRB

Enquanto Vorcaro tenta evitar o colapso definitivo das negociações, outro personagem do caso começou a movimentar os

bastidores: o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa.

Preso pela Polícia Federal em 16 de abril, ele passou a discutir internamente a possibilidade de colaboração premiada. Investigadores suspeitam que Paulo Henrique tenha atuado diretamente para facilitar operações que teriam provocado prejuízos bilionários ao BRB em associação com Daniel Vorcaro.

As suspeitas envolvem vantagens indevidas que poderiam chegar a quase R\$ 150 milhões em imóveis de luxo. Em troca, segundo a linha de investigação, operações ligadas ao Banco Master teriam sido mascaradas dentro da estrutura do banco público.

Ao mesmo tempo em que as delações enfrentam dificuldades, a oposição decidiu voltar ao STF para tentar forçar a instalação da CPMI do Banco Master.

Parlamentares protocolaram um mandado de segurança distribuído por dependência ao ministro André Mendonça, relator da ação, alegando que o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), estaria impedindo a leitura do requerimento da comissão.

Deputados e senadores argumentam que a CPMI atende aos requisitos constitucionais e acusam Alcolumbre de omissão.

Mario Frias no foco por rachadinha

Por Beatriz Matos

O deputado federal Mario Frias (PL-RJ) voltou ao centro da crise política que envolve o filme Dark Horse, produção sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), justamente no momento em que novas denúncias passaram a atingir diretamente seu gabinete parlamentar.

Enquanto o ministro do STF Flávio Dino aguarda explicações formais do deputado sobre viagens internacionais e suspeitas envolvendo emendas parlamentares, partidos ligados ao governo já discutem nos bastidores uma representação no Conselho de Ética da Câmara após denúncias de suposta rachadinha.

A nova frente de desgaste surgiu após reportagem do G1 revelar comprovantes de Pix, extratos bancários e relatos de uma ex-funcionária do gabinete de Frias indicando devolução de parte dos salários ao então chefe de gabinete Raphael Azevedo, além de

pagamentos ligados à família do parlamentar.

Segundo os documentos, Gardênia Moraes, ex-secretária parlamentar do gabinete entre fevereiro de 2023 e maio de 2024, recebia salários líquidos que variavam entre R\$ 10 mil e R\$ 21 mil. Parte dos valores era transferida para outra conta bancária e, depois, repassada a Raphael Azevedo, familiares dele e pessoas ligadas ao gabinete.

Os comprovantes citados pela reportagem mostram transferências que incluem Pix de R\$ 4,6 mil em fevereiro de 2023, R\$ 5 mil em março, R\$ 1,5 mil em abril e R\$ 4 mil em março de 2024 para o então chefe de gabinete. Também aparecem repasses para familiares de Azevedo, totalizando ao menos R\$ 35.116.

Empréstimos

A ex-funcionária também afirmou ter feito cinco empréstimos consignados em seu nome, somando R\$ 174.886. Segundo o relato, parte do di-

nheiro teria sido usada para quitar despesas ligadas à campanha eleitoral de 2022.

Outro ponto que chamou atenção nos bastidores políticos foi um saque de R\$ 49.999,99 realizado em março de 2024. De acordo com os documentos obtidos pelo G1, Gardênia recebeu depósitos de R\$ 50 mil feitos por Raphael Azevedo e pela esposa dele, transferiu o dinheiro entre contas próprias e, no dia seguinte, retirou o valor em espécie. O destino do dinheiro não foi informado.

A reportagem também aponta pagamentos relacionados à família do deputado.

Um deles, de R\$ 1 mil, foi enviado para Maria Lucia Frias, mãe do parlamentar, em janeiro de 2024.

O Correio da Manhã procurou Mario Frias, a assessoria do deputado e a ex-funcionária citada na reportagem, mas não obteve retorno até a publicação desta matéria.



Flávio Dino procura explicações de Mário Frias

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados